

Dívida, o maior desafio

HELIVAL RIOS

Conseguir obter uma renegociação plurianual da dívida, cobrindo um período de cinco a seis anos; maior dilatação dos prazos para o pagamento do principal; redução substancial dos *spreads* (taxas de risco) pagos pelo País, que não poderão ser superiores a 0,825%; e a retirada do Brasil da "lista negra dos devedores" do mercado internacional. Estes são os objetivos básicos que o governo espera atingir na renegociação da dívida externa com os credores privados, segundo se informa no Palácio do Planalto.

Ali entende-se que pelo caminho para o coroamento desses objetivos já está andando, mediante dois fatores: o primeiro, o "sinal verde" dado ao programa de ajustamento da economia brasileira pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no relatório que fez sobre o País; o segundo, pelo aval concedido pelo Clube de Paris, que reúne os credores oficiais das nações desenvolvidas.

O Clube de Paris, que se negava a sequer negociar a dívida que o Brasil tem para com a entidade, no valor de US\$ 9 bilhões, decidiu voltar atrás nesta posição, durante reunião realizada na segunda quinzena de dezembro. A posição de intransigência vinha sendo mantida porque o governo brasileiro se recusava a aceitar o monitoramento do FMI ao seu programa de ajustamento econômico. Na sua última reunião de 1986, contudo,

o Clube de Paris reviu sua posição, aceitando que o governo brasileiro tenha apenas o acompanhamento normal do FMI, conforme previsto no artigo 4º do estatuto daquela instituição, e que implica receber uma missão técnica do Fundo apenas uma única vez por ano, fornecendo-lhe todos os dados indispensáveis à elaboração de um relatório sobre o desempenho da economia do País.

Ao decidirem negociar a dívida brasileira, os dirigentes do Clube de Paris abrem as perspectivas de novos créditos comerciais ao País. Os termos do pagamento da dívida brasileira para com aquela organização serão negociados em duas etapas, a partir de 1º de janeiro, devendo durar uma semana.

Na primeira rodada, chega-se a um *master*, isto é, a um acordo-padrão. Na segunda, realizam-se os acordos bilaterais com os credores específicos. Fechada a negociação, o Brasil fica apto a receber novos créditos para financiar importações dos países desenvolvidos, aliviando as pressões sobre as suas reservas externas.

O fato de o Brasil fechar um acordo com o Clube de Paris é extremamente positivo para o desfecho das negociações com os bancos privados no Exterior. O acordo funciona como um aval dos países ricos ao processo de ajustamento econômico que vem sendo executado na economia brasileira. (Brasília/Ag. Estado)